

Francisco Dias

J. Mendes Gomes  
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 60

Aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na quarta reunião da sessão ordinária de Novembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa, Primeiro Secretário e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Segundo Secretário e com a presença dos Vogais, Rogério da Silva Leitão, José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21, 30 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, ✓ José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, ✓ Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, ✓ Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, ✓ José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, ✓ Fernando dos Santos Manata, ✓ António José Valente, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Manuel Rodrigues Simões, ✓ Manuel Tavares Duarte, ✓ Manuel Arede de Jesus, ✓ Armando Manuel Dinis Vieira, ✓ António Norberto da Silva Correia ✓ e Libério da Silva Santos. ✓

2.  
Ally  
Luz

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Manuel Simões Madail, Armando Dinis Vieira e Carlos Alberto de Jesus Moreira, que foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra o Presidente, submeteu à consideração da Assembleia a existência ou não de período de antes da Ordem do Dia, tendo-se esta pronunciado favoravelmente por doze votos a favor e oito abstenções.

Usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que começou por lamentar a ausência do Snr. Presidente da Câmara, dado que possivelmente seria a pessoa que estaria mais preparada a dar respostas às questões que foi incumbida de suscitar aqui nesta Assembleia e que se prendem fundamentalmente com a aquisição de terrenos em Vilar, com vista à instalação de um grande Recinto de Feiras e Exposições.

As pessoas que foram contactadas para o efeito, sentem-se revoltadas e isto porque os terrenos onde se pretende instalar o referido complexo, são de cultivo de tipo "A". Com efeito a grande maioria dos proprietários desses terrenos, são agricultores os quais dependem desses mesmos terrenos para sobreviver. Por outro lado deparam-se casos curiosos, senão caricatos, concretamente o licenciamento recente de duas moradias aprovadas pela Câmara e que concerteza irão ser demolidas, pois presume-se que não poderão integrar-se na arquitectura do futuro Centro de Exposições.

Prosseguindo a sua intervenção referiu que todas as grandes cidades industrializadas que conhece nos vários continentes, deslocam os seus Recintos de Exposições, quilómetros afastados do perímetro das cidades, de acordo com as novas tendências de instalação destes recintos. Seguidamente lembrou que as pessoas que estão na zona de Vilar, vão-se associar e fazer pressão tendente a contrariar a decisão da Câmara. Considerou também a referida Vogal, que a situação poderia ser solucionada, deslocando a construção deste complexo, alguns quilómetros para a periferia, para a zona de pinhal onde os solos sob o ponto de vista agrícola não são tão rentáveis e conseqüentemente não traria os problemas que hoje se levantam na zona de Vilar. A terminar, referiu ser um problema que fica em aberto, fazendo votos para que a Câmara pondere a sua decisão e venha a reconsiderar a posição

inicialmente tomada.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para manifestar o seu desagrado quanto ao facto de por vezes debaterem-se e denunciarem-se nesta Assembleia, situações que se afiguram menos funcionais ou que não se coadunam com os interesses da urbe, mas que ao fim e ao cabo não se resolvem, tomam-se notas é um facto, mas as situações apontadas acabam por prevalecer; referindo concretamente dois assuntos que considerou de fácil resolução e para os quais já houve um alerta, nomeadamente a regularização do trânsito na Rua Alberto Soares Machado; e cuidados de higiene e limpeza a ter com a Zona Central da Cidade, pois trata-se da sala de visitas de Aveiro e como tal considera que deve ser objecto de um maior asseio. Por fim suscitou esclarecimentos relativamente aos prédios junto ao Recinto de Feiras e Exposições, os quais foram recentemente selados pela P.J., por motivos alegadamente que se prendem com a estabilidade dos mesmos.

Usando da palavra o Vereador Vitor Silva começou por tratar a questão relacionada com os terrenos de Vilar onde hipoteticamente será implantado o futuro Recinto de Feiras e Exposições, esclarecendo que concretamente ainda não se sabe onde este irá ser implantado. Houve de facto uma intenção, no entanto neste momento não há nada de definitivo, pois trata-se de um empreendimento de avultados capitais, implicando que o arranque da obra dependa exclusivamente do apoio financeiro dos Fundos Comunitários. Referiu também que neste momento o projecto do empreendimento encontra-se para apreciação de Bruxelas e será em consequência de um despacho positivo ou não, que se tomarão as iniciativas adequadas. Será portanto prematuro neste momento fazer conjecturas. Adiantou também que haverá brevemente uma reunião com as populações de Vilar e com os proprietários dos terrenos, visando um esclarecimento da população sobre o assunto. A concluir a sua intervenção sobre esta matéria, salientou que a Câmara está aberta ao diálogo do problema e no caso de se chegar à conclusão que existe uma zona mais adequada para o fim em vista, pois a Câmara estará receptiva a rever a situação.

Seguiu-se no uso da palavra o Vereador Pires dos Santos, que se reportou à problemática questão das Torres, mandadas selar pela P.J.. Começou por dizer que se trata de um processo que está em segredo de justiça, mas o que se sabe

4. *Thelley*  
*Alves*

efectivamente é através de um ofício vindo da P.J., comunicando que os prédios foram selados por indícios de falta de segurança. Disse supôr que o L.N.E.C., não terá feito qualquer análise às fundações dos edifícios, pensa também que tudo isto terá feito ainda com base na apreciação do Relatório dos Serviços Técnicos da Câmara e na apreciação dos Cálculos de Betão Armado e aditamentos aos mesmos, efectuados pelo autor do projecto. Neste momento entende aquele Vereador, que não será oportuno dizer muito mais sobre o assunto.

Neste momento entrou na sala o Vogal Rogério Leitão.

Usando novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, manifestou a sua insatisfação pelas explicações que foram dadas; considera o problema de uma certa gravidade em termos de posição que a Câmara adoptou em relação àqueles edifícios - no início, no decurso e no final da situação, licenciando-os, mesmo depois das notícias publicadas pela Imprensa, relativamente a problemas com os mesmos. Referiu também que o conhecimento que tem do assunto é através da Imprensa e como tal entende bom, que a Câmara, informe os membros da Assembleia Municipal do que se está a passar e isto para evitar eventuais especulações relativamente ao problema; pois considera que se a Câmara não fornece informação que permita acabar com as especulações, é evidente que as pessoas vão um pouco atrás, obviamente, daquilo que a Imprensa vai relatando de acordo com as fontes de informação a que vai recorrendo. Finalmente referiu que este assunto deve voltar a esta Assembleia, para a Câmara dar explicações satisfatórias da sua actuação neste processo, face ao desenvolvimento que posteriormente o mesmo teve, quer através do LNEC, quer através da P.J..

Retomando a palavra e ainda no âmbito do problema das Torres, o Vereador Pires dos Santos, esclareceu que a Câmara ao aperceber-se de desvios de comportamento da parte dos construtores dos edifícios e isto no que respeita ao processo de arquitectura, bem como aos Cálculos de Estabilidade, dos mesmos, consequentemente embargou a obra. Seguidamente não houve respeito pelos embargos por parte dos empreendedores da obra. Face a este tipo de comportamento a Câmara, participa o facto ao Tribunal. Este por sua vez remete o caso para a P.J. e esta por sua vez pede a intervenção do LNEC, que elabora um relatório e é com base neste relatório que o Juíz, manda efectuar a selagem das Torres. Por outro lado e no que se refere a problemas de maior

5.  
*Fleury*  
*Seixas*

pormenor e dado o envolvimento que têm, o montante de investimento ali existente bem como a seriedade do assunto, impõem uma certa prudência, o que implica não se avançar qualquer juízo de valor, sem que o LNEC, apure concretamente as situações; dado que em seu entender não se devem fazer juízos de valor sem certezas e essas certezas evidentemente que se aguardam quando o LNEC fizer uma investigação mais exaustiva do assunto.

Seguidamente e dado que mais ninguém se inscreveu para intervenções, o Presidente da Mesa deu o período de antes da ordem do dia por encerrado, passando-se à análise da ordem de trabalhos:

#### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 12 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1989

#### GENERALIDADE

No uso da palavra o Vereador Victor Silva disse pensar que em relação ao Plano de Actividades dos S. Municipalizados, inclui obras de tal maneira concretas que não chegam sequer a ser polémicas, do seu ponto de vista. Seguidamente colocou-se à disposição da Assembleia, para eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo e a exemplo da crítica que teceu já na generalidade, ao Plano de Actividades da Câmara Municipal, também do mesmo modo este Plano de Actividades dos S. Municipalizados, não permite avaliar no elenco de obras aqui enumeradas, quais as que já começaram, vão ser terminadas ainda este ano, ou se vão ainda prosseguir para os anos seguintes.

*Supra*  
6

Em suma, referiu a impossibilidade de analisar este Plano de Actividades com a profundidade que ele naturalmente necessitaria, tal como de algum modo este ano, sucedeu também com o Plano de Actividades da Câmara.

Seguiu-se no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para referir que na introdução ao Plano de Actividades dos S. Municipalizados, se declara que o Município fez praticamente a cobertura do concelho no que respeita a Abastecimento de Águas, apontando para índices na ordem dos (100%); considerou este valor um optimismo exagerado do Município, dado que na realidade e segundo a referida Vogal, aquele valor está longe de ser atingido.

Usando novamente da palavra o Vereador Vitor Silva, informou que este ano a Câmara está fortemente empenhada em levar por diante essa cobertura quase a 100%, dado considerar prioritário este objectivo (abastecimento de Água ao Concelho).

Usando da palavra o Vogal Helder Filipe, fez referência ao facto de entender que a Câmara deveria explicar as razões que motivaram as opções políticas na escolha de determinados investimentos. Reputando esta prática de fundamental, pois considera que antes do início do debate sobre a matéria em apreço a Câmara deveria esclarecer quais as razões que motivaram as opções ora tomadas, dado que como referiu, só lhe interessar discutir as razões de determinadas opções, com as quais até poderá eventualmente estar de acordo ou em desacordo. Só que essas razões em seu entender não foram aqui apresentadas, considerando tal falta, uma maneira de apresentar o Plano, no mínimo aligeirada e como tal presume que nenhum membro desta Assembleia, estará em condições de discutir a matéria em análise, com a profundidade que a mesma merece, o que considerou desmotivador.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Mendonça, para solicitar esclarecimentos relativamente ao número de Autocarros efectivos neste momento nos S.T.U.A., bem como quanto à aplicação de tacógrafos nas viaturas de acordo com a legislação já em vigor.

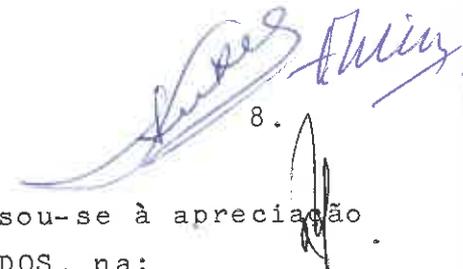
Retomando a palavra o Vereador Vitor Silva, e esclareceu que em termos de opções prioritárias e políticas e no âmbito do Saneamento, é desenvolverem-se acções do centro da cidade para a periferia e em termos de Abastecimento de Água pretende-se fazer a cobertura de áreas do concelho onde eventualmen-

te ainda não se tenha podido lá chegar.

No que se refere à questão levantada pelo Vogal Joaquim Mendonça, informou que o número de Autocarros, efectivos neste momento nos S.T.U.A., é de trinta e quatro unidades. Relativamente aos tacógrafos, informou que de acordo com a lei, só a partir de Janeiro de 1990, é que é obrigatória a utilização de tacógrafos nos Serviços Públicos.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Jorge Nascimento, que começou por dizer que partilhava inteiramente da fase inicial da intervenção do Vogal Helder Filipe. Entendendo também que esta Assembleia tem mais uma opinião política sobre quais sejam as opções do Executivo Municipal e conseqüentemente daí achar pessoalmente com bastante interesse uma descrição pormenorizada daquilo que se propõem executar. Por outro lado referiu também que ao mesmo tempo concorda inteiramente com a maneira como é feito o Plano. É certo que o Executivo poderia inserir no mesmo, uma explicação muito pormenorizada, fazer mesmo uma introdução brilhante, mas poderia acontecer também que naquilo em que se consubstancia o Plano - nos actos propriamente ditos, viesse a negar o introdutório; ou seja tecer umas considerações na parte introdutória do Plano, a respeito do que se propõem executar, mas na prática ficaria muito aquém das intenções postas na parte introdutória. A concluir disse também que numa leitura ao Plano em causa, quando por exemplo se depara com a rúbrica Serviços de Águas, significa para aquele Vogal que o Executivo tomou como opção abastecer várias localidades do concelho - é portanto uma opção em termos de abastecimento de água. No que se refere a obras faz também uma descrição com a minúcia devida. A partir destas referências considera este Vogal que os restantes membros também poderão tirar as ilacções que entenderem, dado que existem verbas afectas às obras que o Executivo se propõe executar, que são ao fim e ao cabo as opções em termos de política de execução de trabalhos. E então longe de estar a ser porventura enganado com uma introdução brilhante ao Plano, tirará cada um as suas próprias conclusões.

Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, o Presidente da Mesa submeteu à votação na generalidade o PLANO DE ACTIVIDADES DOS S. MUNICIPALIZADOS - GENERALIDADE, tendo o mesmo merecido aprovação por dezassete votos a favor e quatro abstenções.

8. 

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação do PLANO DE ACTIVIDADES DOS S. MUNICIPALIZADOS, na:

ESPECIALIDADE

OBJECTIVO - ÁGUAS

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e referindo-se ao Capítulo das Águas, suscitou alguns esclarecimentos, sobre qual o ponto da situação relativamente ao contrato da Estação do Carvoeiro. Ainda quando o Plano refere a extensão da rede de distribuição e se faz depender essa extensão dos Fundos Comunitários, concretamente do FEDER e se essa candidatura vai ser feita em 1989 e certamente só poderá ser posta em prática em 90, e sendo assim, qual a razão da sua inscrição neste Plano.

Seguidamente usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo para suscitar a seguinte questão: - "se pensa a Câmara com esta lista de obras, de projectos de abastecimento, continuação de obras e de ampliações e ainda de obras a executar por administração directa, em cinco Freguesias, três das quais Freguesias "côr laranja". Pergunta se com esta lista se serão obras para executar durante este ano ou pelo menos até 90; ou se são só projectos e qual as probabilidades de as obras inseridas em Plano, virem a ser concretizadas entre este ano e o próximo.

Neste momento saiu da sala o Presidente da Assembleia, Encarnação Dias e assumiu a Presidência dos trabalhos o Secretário, António dos Santos Costa.

Ainda no âmbito das dúvidas suscitadas pelo extenso rol de trabalhos inscritos no Plano, usou da palavra o Vogal Helder Filipe, que manifestou o desejo de ser informado relativamente quanto ao número de obras inscritas no Plano, vão iniciar-se e terminar ainda este ano? compreendendo também que algumas como é evidente, irão só ter início, dado o seu grande volume, bem como as disponibilidades financeiras; mas no que se refere a conclusão de trabalhos quantos e quais se prevêem ficarem concluídos ainda no decurso deste ano.

Tomando a palavra o Vereador Vitor Silva e começando por responder às questões levantadas pela anterior

intervenção referiu que em termos de projectos são projectos para serem executados, dado que alguns são até pequenos projectos que os próprios serviços poderão executar. No que se refere a Abastecimento de Águas - Mataduços e Alumieira, encontram-se já em fase de conclusão, estando-se neste momento a fazer a reposição do pavimento que foi levantado para o efeito. Quintã do Loureiro encontra-se ligeiramente atrasada, presumindo-se que a empresa responsável pela sua execução concluirá o trabalho dentro de aproximadamente três meses. Salientou também que as travessias de tubagem pela jurisdição da C.P. têm atrasado bastante estes trabalhos, dado que a mesma implica atrasos no horário dos comboios, bem como a redução da velocidade, o que considerou tem dificultado bastante o bom andamento dos trabalhos. Vilarinho já tem uma determinada zona com abastecimento, a parte restante vai-se elaborar projecto que está a ser executado pelos nossos Serviços Técnicos e tem-se em vista ser os próprios Serviços a executar esta obra por administração directa, pois trata-se de trabalho de pequena monta, prevendo-se a sua conclusão no prazo de trinta dias. No que se refere ao Abastecimento de Água a Verdemilho é uma obra já adjudicada à IPERBAL e não teve ainda o seu início, motivado por factores de trânsito que condicionaram o seu início, estando a conjugar o lançamento da obra, de maneira a que não provoque grandes perturbações de trânsito. Relativamente ao aproveitamento do Furo AC 9, localizado nas trazeiras da Igreja de Mamodeiro, Freguesia de Fátima, para fazer o aproveitamento deste furo, torna-se necessário adquirir equipamento electromecânico para o tornar funcional; este furo funcionará como reserva, tendo em vista uma eventual emergência; por outro lado prevê-se a conclusão da Estação do Carvoeiro dentro de dois anos e consequentemente não seria prioritário o dispêndio na ordem dos vinte mil contos, na construção de uma conduta até à Estação elevatória de Oliveirinha.

Relativamente ao início de construção do 2º Reservatório apoiado, a construir no complexo de abastecimento de água no lugar de Oliveirinha, obra participada pelo FEDER, está aprovada, tem que ser concluída este ano, para se aproveitarem os Fundos Comunitários, daí aparecer este ano no Plano a construção do 2º Reservatório. Abastecimento de Água ao Sector Sul (Nariz), é uma obra também participada pelo FEDER, referindo que se tem aproveitado todas as verbas disponíveis do FEDER, fazendo-se a aplicação das mesmas nos vários empreendimentos,

concretamente, indo a maior fatia para Água e Saneamento. Informou também que se fez recentemente a aquisição de uma parcela de terreno no lugar de Nariz, estando-se neste momento somente à espera que este Plano seja aprovado para se proceder à adjudicação do Reservatório de Nariz, prevendo-se também a sua conclusão ainda para este ano. Abastecimento de Água à Forca-Vouga, será objecto somente de alteração do diâmetro da tubagem, dado que nesse local já existe água. Abordando seguidamente a questão relativa ao sistema do Carvoeiro, presume que a sua construção terá início ainda este ano, provavelmente para Outubro. Pois trata-se de um concurso Internacional e consequentemente tem os prazos muito mais alargados, quer do concurso, quer da apreciação de propostas, cuja 1ª Fase, rondará os seiscentos mil contos, prevendo-se o prazo de conclusão na ordem de ano e meio dois anos. A finalizar e referindo-se às obras por administração directa na Freguesia de Eirol, disse não ter havido uma grande preocupação na côr política da Freguesia, adiantando que nunca esteve nas suas ideias esse tipo de preocupações.

Seguidamente o Presidente da Mesa submeteu à votação o OBJECTIVO - ÁGUAS, do Plano de Actividades dos S. Municipalizados, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "abstive-me neste Capítulo da Água, mesmo reconhecendo o esforço efectivamente feito pela Câmara até agora e embora considerando as explicações que pretenderam ser de algum modo exaustivas sobre as obras que constam do Plano, abstive-me na mesma pelas razões que aduzi na generalidade por considerar que o Plano não tem os elementos necessários para nos manifestarmos, sobre a sua viabilidade e sobre a sua correcção, por isso os Planos de Actividades são enviados com quinze dias de antecedência, antes da sua discussão".

#### OBJECTIVO - SANEAMENTO

Usando novamente da palavra o Vereador Vitor Silva, fez uma breve introdução sobre esta matéria, começando por salientar que também neste capítulo tem sido desenvol-

vindo um esforço considerável da Câmara Municipal.

Colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos.

Usando da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e reportando-se à visita ao concelho, referiu que a mesma pode ser feita por múltiplos itinerários, no entanto manifestou interesse em que a mesma fosse encaminhada também no sentido de se poder visitar a E.T.A.R., de Santiago, pois considera tratar-se de um empreendimento de bastante interesse, por outro lado presume que hajam elementos desta Assembleia, que a compõem há vários mandatos e estão todos os anos e em todos os Planos de Actividade a ouvir falar da ETAR de Santiago, onde se calhar presume nunca estiveram e como tal seria importante tomar contacto real com o empreendimento e constatar as alterações introduzidas nestes últimos anos.

Concretamente no que se refere às obras previstas em Plano, suscitou dois esclarecimentos, o primeiro relativo à ETAR de Esgueira e dado que existe uma verba afecta a esta obra, pretendeu saber se a mesma já teve início e onde se prevê a sua localização. O segundo esclarecimento é relativo à ETAR, prevista para a zona de Cacia.

Seguiu-se também no uso da palavra o Vogal Rogério Leitão, para salientar que apesar dos esforços desenvolvidos no âmbito do saneamento, continua a verificar-se que existem esgotos a drenarem para a Ria, concretamente junto a um dos pontões que unem as duas margens do Canal do Cojo. Já foi levantado o problema nesta Assembleia a propósito deste e de outros esgotos que lançam os detritos na Ria e foi dito que se tratava de esgotos clandestinos e como tal difíceis de controlar; e a questão é esta - é a de saber se são de facto clandestinos e se terá que se desistir definitivamente de se fazer o seu controle e consequentemente continuar-se-á a ter a Ria poluída com esgotos que não deveriam ser drenados para esse local. Outro ponto que manifestou também interesse em saber e dado que não vê qualquer referência no Plano, concretamente quanto ao Saneamento na zona circundante do ex-Matadouro Municipal. Presumindo que tal trabalho ainda não esteja executado, dado que como referiu, tem passado recentemente pelo local e tudo leva a crer que a situação se mantenha, dado os indícios que teve oportunidade de constatar. Tanto quanto julga saber supõe que o problema em si ultrapasse

12. *[Handwritten signature]*

o âmbito da Câmara, dado que depende também do próprio Matadouro Regional e das entidades que o superintendem; mas por outro lado entende também que a Câmara não deve descurar o problema, pois reputa-o de importante e não o vê referido no Plano de Actividades.

Ainda no âmbito do saneamento usou da palavra o Vogal Helder Filipe, referindo o facto de ver no Plano uma verba que considera diminuta para o investimento que seria necessário dispendir para uma completa cobertura da rede de saneamento do concelho. Acabando por perguntar para quando, a este ritmo de investimento se prevê a completa cobertura do concelho.

Tomando a palavra o Vereador Victor Silva referiu que irá demorar alguns anos, pois trata-se de investimento vultuoso e para o qual a Câmara não dispõe da verba necessária para imprimir mais rapidez ao processo. Pois considera que seria necessário afectar o total do orçamento da Câmara, anos sucessivos, para se poder dar cumprimento total a esta obra. Por outro lado considerou também que a verba afecta, destinada a este tipo de trabalhos, na ordem dos cento e sessenta e dois mil contos, já é um esforço financeiro grande e é o que a Câmara pode dispor de momento sem comprometer outros trabalhos.

Relativamente às ETAR's de Esgueira e Cacia, começou por informar que a de Esgueira está localizada na baixa de Mataduchos. No que se refere à de Cacia, esta encontra-se localizada na Quintã do Loureiro, estando ambas a concurso prevendo-se o seu início ainda para este ano.

Referindo-se à questão dos esgotos do ex-Matadouro Municipal, disse tratar-se de um problema que se arrasta já há bastante tempo; não é da competência da Câmara, embora a Câmara tenha diligenciado no sentido de tentar solucionar o problema. No entanto tem-se-lhe deparado dificuldades levantadas por parte das entidades responsáveis pelo mesmo - argumentando estas que a Direcção Regional, vai proceder à construção de um Matadouro Regional e como tal consideraram não ser oportuno a construção de uma Estação de Tratamento do esgoto. Sendo este em suma o argumento que têm apresentado para manter a situação tal como está.

A concluir a sua intervenção, referiu que relativamente ao esgoto que é despejado na Ria, será uma tarefa a tratar oportunamente.

Seguidamente o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o OBJECTIVO - SANEAMENTO, tendo o mesmo merecido aprovação por dezasseis votos a favor e quatro abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Helder Filipe, nos seguintes termos: - "a minha abstenção nesta rúbrica não se deve a que eu não concorde com as obras que aqui estão enumeradas. Simplesmente, porque me parecem manifestamente poucas as verbas canalizadas para este item".

Neste momento entrou na sala o Presidente da Assembleia, Encarnação Dias, tendo assumido a direcção dos trabalhos.

#### OBJECTIVO - TRANSPORTES URBANOS

Usou da palavra o Vereador Vitor Silva, responsável por este sector, que referiu que tem sido preocupação dos S. Municipalizados, manter e quando possível melhorar a qualidade dos transportes urbanos, embora reconheça também que não se alcançaram os objectivos na sua totalidade, por escassez de meios financeiros. Prevê-se no entanto para este ano a abertura de novas carreiras, nomeadamente para os lugares de Vilarinho e Mataduchos, estando-se neste momento a entabular negociações com a Rodoviária do Caima, com vista à criação destas novas carreiras; sendo preocupação do Executivo, a melhoria dos transportes urbanos.

Seguidamente colocou-se à disposição da Assembleia para o esclarecimento de eventuais dúvidas sobre este objectivo.

Tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que referiu alguma dificuldade em falar sobre os transportes urbanos e isto porque não é utente dos mesmos. Contudo manifestou o desejo de assinalar o seu apreço, pela colocação do novo mobiliário urbano de apoio aos S. T. U. A., pois considera que os abrigos para os utentes dos referidos transportes, se enquadram bem na paisagem urbana da cidade e contêm informação, capaz de servir o

vulgar cidadão que necessite utilizar este meio de transporte. Solicitou também informação acerca das diligências que se têm desenvolvido, relativas ao subsídio que não foi entregue, e que se destinava à aquisição de novos autocarros.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Helder Filipe, que realçou o facto dos lugares de Paço e Vilarinho, não estarem a ser servidos convenientemente por transportes, a exemplo da restante área concelhia, o que naturalmente desagrada às populações aí residentes, que se deparam muitas vezes com dificuldades de deslocação para diversos destinos, pois as carreiras que aí operam não praticam um horário capaz de servir os interesses dos residentes nos referidos lugares. Finalmente perguntou também qual a dificuldade em fazer operar os S.T.U.A., nos referidos lugares.

Tomando a palavra o Vereador Vitor Silva, informou que a empresa que opera na área é a Rodoviária do Caima. Possui alvará para o efeito e daí a dificuldade inerente ao problema, estando-se neste momento a efectuar negociações com a empresa transportadora, visando melhorar a qualidade das carreiras, passando-se assim a dar às populações da zona o mesmo tratamento, quer em termos de preços, quer em termos de horários.

Relativamente à questão levantada pelo Vogal Carlos Jerónimo, relacionada com os subsídios para aquisição de novos autocarros, informou que foi movido recurso para o Tribunal. No entanto a informação que temos é que a atitude tomada em relação à não atribuição do subsídio, é uma atitude pura e simplesmente política; não havendo qualquer outro tipo de responsabilidade - isto é, o governo não subsidia, assume somente os riscos políticos dessa sua negativa.

Imeditamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o OBJECTIVO - TRANSPORTES URBANOS, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e duas abstenções.

Aprovado que foi o Plano de Actividades dos S. Municipalizados, passou-se à apreciação e discussão do ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 1989.

Neste momento saiu da sala o Vogal António dos Santos Costa.